



Número: **0000525-92.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **07/06/2016**

Valor da causa: **R\$ 9.450,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA (AUTOR)		NILO TRIGUEIRO DANTAS (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20753629	24/04/2019 10:53	[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial
23476180	13/08/2019 16:17	Ato Ordinatório	Ato Ordinatório
30301000	30/04/2020 18:20	Mandado	Mandado
30301001	30/04/2020 18:20	Expediente	Expediente
30314923	01/05/2020 18:17	Informação	Informação



TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

0000525-92.2016.815.0271



Recebido hoje, sob protocolo

03/08/2016

EDIVALDO MICKAEL TAVARES DE SOUSA, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Carteira de Identidade nº. 4.053.503 SSP-PB e do CPF nº. 116.423.564-85, residente e domiciliado à Rodovia PB 177, km 40, Centro, Pedra Lavrada-PB, vem por meio de seu procurador, Advogado “in fine” assinado, com endereço profissional na Av. Getúlio Vargas, 75, Centro, Picuí – PB onde recebem intimações, mui respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, com fundamento no art. 3º da lei 6.194/74 propor:

AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO DPVAT c/c REPARAÇÃO DE DANOS

em face da **Seguradora Lider -DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, podendo ser intimada através de seu Departamento Jurídico localizado endereço localizado na Rua Senador Dantas, 74/14º andar, Centro de Rio de Janeiro, CEP: 20.31-205, pelas razões de fato e de Direito a seguir articuladas:

PRELIMINARMENTE

Preliminarmente, requer de Vossa Excelência que seja concedido os benefícios da Justiça Gratuita, visto que, a promovente é pobre na forma da lei, sendo desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado. Nessa linha de pensamento, a 4ª. Turma do Egrégio Superior

1

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Tribunal de Justiça é assente na matéria, tendo aduzido: *"a simples declaração firmada pela parte que requer o benefício da assistência judiciária, dizendo-se 'pobre nos termos da lei', desprovida de recursos para arcar com as despesas do processo e com o pagamento de honorários de advogado, é, na medida da presunção iuris tantum de veracidade, suficiente à concessão do benefício legal. (05. 4ª. Turma, STJ, Rec. Esp. 38124-0, 20/10/93, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, RJSTJ 6/412)."* Além do que a Constituição de 1988, sensível à realidade social do país, inseriu como **"direito e garantia fundamental"** do povo brasileiro, o livre acesso ao Judiciário. Como a todo direito corresponde uma obrigação, temos que ao Estado compete fornecer os meios necessários de acesso à justiça de todos aqueles que dela necessitar. Portanto, nada mais resta a esse nobre magistrado seguir por esse entendimento.

DOS FATOS

Cumpramos ressaltar inicialmente que no dia 30/03/2014, por volta das 05h00min, o requerente foi vítima de acidente de trânsito. O autor, como passageiro, viajava na moto HONDA CG 150 TITAN, MIX, KS, conduzida por ANDSON RICARDO DE SOUSA MEDEIROS, partindo de Picuí, com destino a Pedra Lavrada, quando, ao chegar no Sítio Passagem no Município de Nova Palmeira, o condutor perdeu o controle do veículo e ambos caíram ao chão. Após o acontecido, o suplicante foi socorrido pela SAMU da cidade de Picuí e conduzido para o Hospital Regional desta cidade, onde foi constatado que o autor sofreu fratura exposta no braço esquerdo, necessitando assim de submeter-se a cirurgia e ficar internado durante três dias.

Ressalta-se que, segundo o Boletim de Ocorrência nº. 39/2014 expedido pela Delegacia Regional de Polícia Civil de Pedra Lavrada/PB, o requerente no momento do acidente conduzia o veículo HONDA CG 150 TITAN MIX KS, ANO 2009/2010, COR VERMELHA, PLACA MNQ44369/RN, chassi 9C2KC1610AR007984, licenciada no DETRAN em nome de Osmar gosmes da Silva.

Também informa a documentação em anexo, que logo após a ocorrência do acidente, o requerente foi socorrido para o para o Hospital Regional de Picuí, onde permaneceu durante 3 dias.

É tanto que o autor em 03/08/2015 requereu, na esfera administrativa, o pagamento da indenização do Seguro Obrigatório Dpvt junto a uma seguradora consorciada da requerida (Aruana Seguradora S.A.), **sob sinistro nº. 3150674599, tendo tal procedimento extrajudicial se exaurido pelo fato do autor não ter conseguido do proprietário do veículo a assinatura em uma declaração abusiva requerida pela demandada, bem como pela falta do laudo de sequelas e declaração do 1º**





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

04

atendimento do hospital de Picuí, razão pela qual só restou ao mesmo recorrer ao judiciário para ter seu direito a receber tal indenização, conforme se infere no documento em anexo.

Logo, nos leva a concluir que pelos danos causados a vítima, esse nobre juízo deve reconhecer tal direito e fazer com que a ré efetue o pagamento integral da indenização do seguro obrigatório, que segundo o art. 3º da lei 6.194/74, inciso II, o qual é no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Razão pela qual essa presente ação foi proposta.

DO DIREITO

A indenização do seguro obrigatório DPVAT é bastante consagrada em nosso ordenamento jurídico, e, é de tal forma regida pela Lei nº. 6.194/74, a qual é a norma disciplinadora desse respectivo seguro, ela prenuncia que a indenização será paga as vítimas de acidente de trânsito que venham a morrer, a sofrer invalidez permanente em algum órgão ou membro, ou até mesmo aquela pessoa que só venha a receber cuidados médicos. Logo, tais situações se encontram denotadas no art 3º, após a vigência da medida provisória nº. 340/06, desta referida lei:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos) no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de invalidez permanente;

e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) como reembolso à vítima no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”

Logo, como é explanado por tão nobre artigo, a lei garante o direito de receber uma indenização como prêmio desse seguro. De antemão, deve ser condenada tanto à promovida bem como qualquer outra seguradora que opere com o seguro obrigatório.

Por conseguinte, dispõe a lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, que o valor correspondente ao pagamento da indenização do seguro DPVAT deverá seguir a





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

tangência do art. 3º desta referida lei, cujo diz que o quantum deverá ser de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte ou invalidez permanente. Logo, como o requerente ficou inválido deveria receber o valor total da indenização de acordo com o que é prenunciado pela Lei 6194/74, e, não o pagamento parcial que foi feito pela requerida.

Ademais, o art. 5º da Lei 91694/74 é claro ao enunciar que:

"Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado."

Destarte, a norma que rege o seguro DPVAT, a Lei nº 6.194/74, determina em seu art. 5º que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente, do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida ainda qualquer franquia por parte do segurado.

A jurisprudência também é pacífica nesse sentido:

134005755 – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA – DESNECESSIDADE DA PROVA DA CULPA – À seguradora, cumpre pagar, por força de lei, o valor indenizatório ao cônjuge da pessoa vitimada em acidente de veículo, coberto pelo seguro obrigatório de danos pessoais. O recebimento dos valores pertinentes ao seguro obrigatório independe de qualquer comprovação ou pesquisa sobre a culpa do condutor do veículo causador do dano, já que, decorrendo do Decreto-Lei nº 73/66, cuida de responsabilidade objetiva que, como tal, prescinde da coexistência do elemento culpa. É computável a correção monetária sobre os valores devidos, calculada a partir da data do efetivo desembolso das despesas, além dos juros de 0, 5% ao mês contados a partir da citação. (TAMG – AP 0345692-6 – (51746) – Contagem – 3ª C.Cív. – Relª Juíza Jurema Brasil Marins – J. 03.04.2002)

6027440 - PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INVALIDEZ DECORRENTE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Cálculo





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

06
d

*da indenização fixada de forma equivocada. Retificação de ofício. Inteligência do art. 463, I do CPC. Salário mínimo adotado para fixar o valor da indenização e vigente à época do evento danoso. Legalidade. Inteligência da Lei nº 6.194/74. Inaplicabilidade das resoluções do cnps. Princípio da hierarquia das Leis. Honorários aplicados em atendimento ao disposto § 4º do art. 20 do CPC. Desprovisionamento da apelação. Manutenção da sentença. **Lei nº 6.194/74. Art. 5º. "o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. ". A norma que regula o seguro obrigatório de danos pessoais é uma Lei em sentido formal, que, pelo princípio da hierarquia das Leis, não pode ser revogada por resolução.** (TJ-PB; AC 200.2005.001265-3/002; Rel. Des. Genésio Gomes Pereira Filho; DJPB 30/07/2009; Pág. 9) CPC, art. 463 CPC, art. 20*

Logo, por essas provas apresentadas, fundamentadas e legítimas já se evidencia e prontamente se percebe o direito da autora em receber o prêmio do seguro DPVAT, pois, como já fora explicitado anteriormente na norma legal, o pagamento da indenização será devida mediante a simples ocorrência do acidente e do dano dela decorrente.

Noutro diapasão, é bom que se traga à baila que em virtude do sinistro do requerente ter acontecido no ano de 2014, o pedido autoral deverá obedecer as normas em vigor na época, principalmente de acordo com a alteração ocorrida na Lei 6194/74 trazidas pelas leis 11.482/2007 e 11.945/2009.

Logo, diante de tamanha alteração, podemos acentuar que a indenização por invalidez deverá variar de acordo com o grau da lesão e da extensão da incapacidade funcional apresentada pela autora/vítima, que refletirá em dano corporal, este sim indenizável.

Ademais, o aspecto interativo para que haja cobertura é que a invalidez seja de Caráter permanente e fique caracterizado o nexo entre o acidente noticiado a consequente invalidez.

Outrossim, vejamos a nova redação do § 1º do art. 3º conferida pela MP 451/2008, convertida posteriormente na Lei 11.945/2009:





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Destarte, que o anexo ao art. 3º da Lei nº 6.194/74, explicita nos dias atuais o valor da indenização a ser recebida pelo(a) promovente de acordo com a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual em tal anexo estabelecido. Vejamos:

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

08
2

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **da fratura exposta no MEMBRO SUPERIOR esquerdo - 70% (setenta por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00** (**nove mil, quatrocentos e cinquenta reais**), referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 –





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

(71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J.
08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexa causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70%
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50%
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25%
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10%
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10%
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50%
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25%
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10%

Portanto, diante do enunciado no inciso I do parágrafo primeiro do art. 3º da Lei 6194/74, e principalmente de acordo com o que explicita o anexo da referida Lei, o promovente faz jus a indenização por invalidez permanente em decorrência **da fratura exposta no MEMBRO SUPERIOR esquerdo - 70% (setenta por cento)** o que perfaz o percentual correspondente aos 70% (setenta por cento) do valor referente a uma invalidez permanente total que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

reais), razão pela qual deverá o mesmo ser indenizado no quantum base de **R\$ 9.450,00** (**nove mil, quatrocentos e cinquenta reais**), referente a sua perda funcional.

Por conseguinte, vale indicar a este juízo que, segundo a própria lei 6194/74, o IML é o órgão competente para a verificação e caracterização da perda funcional do membro lesado e da irreversibilidade da lesão ocasionada pelo acidente de trânsito. No entanto, é notório e cediço por todos que nesta Comarca não existe tal órgão, e, como tal, a produção da perícia médica judicial torna-se prova necessária ao deslinde dessa presente ação e a consequente comprovação da invalidez permanente apresentada pelo autor.

Destarte, a violação do direito do Autor, no caso em tela é patente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo a luz do art. 186 do Código Civil Pátrio, in verbis:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito."

O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois, a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal que se resolve em perdas e danos.

Assim entende os nossos tribunais:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA – SEGURO DPVAT – FALTA DE INTERESSE DE AGIR – ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA – DESNECESSIDADE – PRELIMINAR – REJEIÇÃO – DUT – PROVA DO ACIDENTE E DO DANO – INDENIZAÇÃO DEVIDA – 1) não falta interesse de agir àquele que não espera a solução administrativa do pagamento do valor, mormente quando a seguradora retarda na análise da documentação enviada pelo beneficiário do seguro. 2) a não obrigatoriedade de apresentação do dut para recebimento de indenização precede a vigência da lei nº 8.441/92. A lei nº 6.194/74, por não conter tal exigência, estabelece apenas que a indenização será paga mediante a simples prova do acidente e do dano decorrente. (TAMG – AC 0389923-4 –





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

(71202) – 5ª C.Cív. – Rel. Des. Elias Camilo – J.
08.05.2003)”

Ainda no que tange ao recebimento da indenização, devemos ressaltar a questão da correção monetária deverá incidir a partir da data do ajuizamento da ação (distribuição), e, os juros deverão contar desde a data da citação da seguradora sinistro, o que é concretizado em nosso ordenamento jurídico e principalmente de forma majoritária em nosso Tribunal de Justiça da Paraíba, conforme explicita a jurisprudência abaixo em epigrafe:

11545910 - AGRAVO REGIMENTAL. CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE PAGAMENTO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO DA SEGURADORA. 1. Na ação de cobrança para complementar o pagamento de indenização do seguro obrigatório (DPVAT), os juros de mora incidem a partir da data de citação da seguradora. 2. Agravo regimental desprovido. (Superior Tribunal de Justiça STJ; AgRg-REsp 1.060.421; Proc. 2008/0112451-7; SP; Quarta Turma; Rel. Min. João Otávio de Noronha; Julg. 28/04/2009; DJE 11/05/2009)

56023750 - PROCESSUAL CIVIL. CONTRA-RAZÕES. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DPVAT. PRELIMINAR. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. AFRONTA. AUSÊNCIA. RAZÕES DISSOCIADAS DO QUE RESTOU DECIDIDO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO. Não estando as razões do apelo dissociadas do que restou decidido na sentença, não há que se falar em afronta ao princípio da dialeticidade. Processual civil. Apelação. Ação de indenização. DPVAT. Preliminar. Ausência de interesse processual. Pedido na esfera administrativa. Art. 5º, XXXV, da CF/88. Rejeição. A Constituição Federal, fonte da qual emanam todos os princípios a serem observados pela legislação infraconstitucional, garantiu a todos a inafastabilidade jurisdicional, sempre que houver lesões ou ameaças de lesões a direito. Civil. Apelação cível. Ação de cobrança. Seguro DPVAT. Acidente automobilístico. Invalidez permanente. Deficiência em grau mínimo. Prova robusta. Nexo causal comprovado. Indenização devida. Incidência do art. 3º, b, da Lei nº 6.194/ 74. Indexação do salário





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

mínimo. Possibilidade. Correção monetária. Incidência. Data do sinistro. Inaplicabilidade. Adequação. Data do ajuizamento da ação. Provimento parcial. Dada a natureza do pleito indenizatório securitário, afigura-se totalmente desnecessário prévio requerimento administrativo objetivando posterior ajuizamento de ação de cobrança. A Lei nº 6.194/74, que dispõe sobre o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não (DPVAT), foi alterada, em alguns dispositivos, pela Lei nº 8.441/92, sem, todavia, modificar o art. 5º do aludido diploma legal, que impõe o pagamento da indenização mediante a prova do acidente e do dano ocorrente. Em consonância com a iterativa jurisprudência do STJ, nas ações em que se busca o valor integral de indenização decorrente do seguro obrigatório. DPVAT -, por se tratar de ilícito contratual, a correção monetária, será a partir do ajuizamento da ação. (TJ-PB; AC 083.2006.001412-9/001; Cacimba de Dentro; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 05/02/2009; Pág. 5) CF, art. 5

56028438 - SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINARES. Falta de interesse processual e de documento imprescindível ao exame da questão. Rejeição das prefaciais. Amputação da falange distal do 2º e 3º quirodáctilos da mão direita. Fixação da indenização no máximo legal. Impossibilidade. Provimento parcial. De acordo com o princípio da inafastabilidade do poder judiciário em que não será excluída de sua apreciação nenhuma lesão ou ameaça a direito, pode o autor, amparado na Constituição Federal, pleitear seus direitos judicialmente, independentemente do exaurimento das vias administrativas. De uma breve análise dos elementos probatórios, vê-se que o promovente colacionou os documentos que entendeu suficientes à apreciação da questão de mérito objeto da demanda, a fim de que o julgador pudesse concluir pela eventual procedência ou improcedência do pedido. Nos termos do disposto no art.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

5º, da Lei n. 6.194/74, a seguradora está obrigada a indenizar o DPVAT, bastando a simples prova do acidente automobilístico e do dano decorrente, do qual resultou com danos pessoais, levando-se em consideração a tabela respectiva para cálculo em caso de invalidez permanente. Inocorrendo requerimento administrativo, visando receber o DPVAT, a correção monetária deve se dar da data do ajuizamento da ação os juros moratórios de 1% ao mês da citação, se o acidente ocorreu após a vigência do novel CC. (TJ-PB; AC 200.2008.018.7418/001; Rel. Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira; DJPB 16/10/2009; Pág. 7)

Logo, está satisfeito a promovente de que não tem mais a que buscar, a Promovida, além de demonstrar de forma equivocada que não tem interesse em pagar o seguro DPVAT e não encontrando outro caminho, vem invocar a Tutela Jurisdicional do Estado, por intermédio de seu órgão judiciário para dirimir tal conflito.

III - DOS PEDIDOS

ANTE AO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, nos arts. 5º e 3º, "II", ambos da lei nº. 6.194/74, a procedência da presente, bem como:

a. A condenação da promovida ao pagamento da indenização em epígrafe, com base no montante de **R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais)**, conforme preceitua o inciso I do § 1º e inciso II do art. 3º da Lei 6194/74, referente à indenização por invalidez permanente sofrida pelo promovente em **no MEMBRO SUPERIOR esquerdo**, ou seja, setenta por cento de uma invalidez permanente total. No entanto, caso tal incapacidade seja parcial que se apure o seu respectivo grau percentual.

b. Seja citada a Promovida através de AR, no endereço declinado, nos termos do art. 221, I do CPC, para querendo, apresentar contestação, produzir provas e requerendo, sendo o caso de prova pericial, com a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

c. Seja designada audiência de conciliação, e, em ato contínuo a de instrução e julgamento.





TRIGUEIRO & NOBREGA

ADVOGADOS ASSOCIADOS

d. Requer que lhe seja concedido os benefícios da justiça gratuita nos termos da Lei 1.060/50.

e. Que seja acrescido e aplicado ao valor da condenação, juros moratórios a partir da data da citação e correção monetária retroativa à data do ajuizamento desta.

f. Seja condenada a demandada em honorários advocatícios, em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, visto que o autor é beneficiário da Justiça Gratuita, conforme enuncia o §1º do art. 11 da Lei 1060/50.

g. Seja o autor submetido a perícia médica judicial, devendo tal perito seguir os quesitos no anexo 01 enunciados, bem como os elaborados pela parte ré e/ou pelo juízo, devendo os honorários periciais correrem as custas da parte vencida ao final da ação.

Protesta ainda provar a promovente por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente por provas documentais e testemunhais.

Dá-se à causa o valor de R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Nesses Termos,
pede deferimento.

Picuí – PB, 24 de fevereiro de 2016.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13220





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

172

Anexo 01

QUESITOS

- 1) *Se existe nexo causal entre o acidente noticiado na peça inicial e as lesões produzidas no Autor?*
- 2) *Se houve diminuição ou perda de função de algum órgão do periciado e se estes órgãos foram lesionados em função do acidente automobilístico?*
- 3) *Se houve Invalidez. Em caso afirmativo, se a invalidez é total ou parcial?*
- 4) *Se a invalidez for parcial, ela é completa ou incompleta?*
- 5) *Se parcialmente incompleta, qual o percentual a ser utilizado com relação à redução proporcional da incapacidade permanente? Onde nesse quesito deverá o Sr. Perito se utilizar dos percentuais enunciados pelo inciso II do § 1º da Lei 6194/74: "75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa; 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão; 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, e ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais".*





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

Anexo 02

Anexo do art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100% (CEM POR CENTO)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



59
C

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

Início do conteúdo

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150674599 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA

CPF/CNPJ: 11642356484

Posição em 03-05-2016 09:06:45

Pedido de indenização cancelado. Para mais informações procure a seguradora responsável pelo processo.



maio amarelo



ARUANA SEGUROS DPVAT**SINISTRO: 3150674599**

ARUANA SEGURADORA S/A (cód: 2119) Visão Geral em 27/02/2016 SINISTRO: 3150674599 Data de Cadastro no Sistema: 03/08/2015	Dependência: 216 JEM REGULADORA DE SINISTROS LTDA RUA AMINTAS BARROS, 3137 LJ 03/BLOCO 1 - CENTRO COMERCIAL ABBAS CENTER 59063-350 - LAGOA NOVA NATAL - RN Fone: (84) 3343-0117 E-mail:
Nº RCO: 182455/2015 Solicitou: RN em 29/07/2015 11:55:11 Atendeu: PB em 29/07/2015 12:00:53	
Origem: 216 00 31	
Vítima: EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA End: RODOVIA PB , 177 Bairro: LAGOA NOVA Cidade: PEDRA LAVRADA Código do Beneficiário: 1 - Vítima Data de Nascimento: 17/11/1995 Data do Acidente: 30/03/2014 Código do Veículo: 9 - Motocicleta	
CEP: 58180000 UF: PB CPF: 11642356484 Natureza: 2	

Históricos relativos ao Sinistro Nº 3150674599

Data	Histórico
04/08/2015 08:05:43	Sinistro Cadastrado no SIS-DPVAT
04/08/2015 16:12:28	[Pendenciado pela Seguradora Aruana] - Apresentar Boletim de primeiro atendimento hospitalar [Pendenciado pela Seguradora Aruana] - Apresentar documentação médico-hospitalar [Informado pela Seguradora Aruana] - FALTA DECLARAÇÃO DO PROPRIETARIO DO VEICULO(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE). FALTA LAUDO DE SEQUELAS OU COPIA DO PRONTUARIO. FALTA CONTA(EXTRATO OU COPIA DO CARTÃO). FALTA 1º ATENDIMENTO DO HOSPITAL DE PICUL
02/02/2016 00:53:36	Sinistro Cancelado pela Seguradora Lider

* Nenhum lançamento de pagamento encontrado para o Sinistro nº 3150674599.





PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

O (a) Outorgante Edivaldo Michel Tavares de Sousa,
brasileiro (a), solteiro, estudante, portador(a) do RG nº.
4.053.503 expedido por SSP/PB em 11/05/2012 e do CPF nº.
16.423.564-85, residente na(o) _____
Rodovia PB 117, Km 40, município de
Pedra Bonita - PB, pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e
constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. **NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB**
13.220 e **DIANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068**, brasileiro, solteiro, advogado,
com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida
Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o
foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo
confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e
últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar
com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições
públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer
com ou sem reservas de poderes.

Picuí-PB, 23 de julho de 2015.

Edivaldo Michel Tavares de Sousa
Outorgante



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.053.503 DATA DE EMISSÃO 11/05/2012

NOME EDIVALDO MICHAEL TAVARES SOUSA

FILIAÇÃO EDIVALDO ALVES DE SOUSA
ANALUCIA TAVARES DA SILVA

NATURALIDADE CAMPINA GRANDE-PB DATA DE NASCIMENTO 17/11/1995

DOC ORIGEM NASC.N. 13.040 FLS. 261 LIV. A-11
CARTÓRIO CAMPINA GRANDE-PB

CPF 116.423.564-84

João Pessoa - PB

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA S.C.A.L.
INSTITUTO DE POLÍCIA IDENTIFICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Edivaldo Michael Tavares Sousa



ANA LUCIA TAVARES DA SILVA
ROD ROD PB 177, 17 / KM-40 - CENTRO
PEDRA LAVRADA / PB CEP: 58190000 (AG: 80)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO
Rotômetro: 12 - 83 - 706 - 2884
Nº medidor: 00008584300

Referência: Dez / 2013
Emissão: 17/12/2013

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
B/230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-890
CNPJ 08.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 000.854.052
Código para Débito Automático: 00918462038

cdac.2a84.838a.8787.74fa.e74e.73ed.dfa8.

5/1646203-8

Dez / 2013

- A partir de 2014 vigorará o sistema de bandeiras tarifárias. A bandeira verde não implicará cobrança adicional. As bandeiras amarela ou vermelha, quando acionadas, implicarão tarifas de ajuste de valor devido ao maior custo de geração. A partir de Dezembro vigorará a BANDEIRA VERMELHA, a qual implicará uma tarifa de 0,030 de acréscimo ao valor da tarifa, líquido de tributos. Mais informações em www.aneel.gov.br.

17/12/2013

18/01/2014

8108117480

FATURAS VENCIDAS ATÉ
O DIA 12/12/2013 PAGAS.
OBRIGADO!

Data	Leitura	Data	Leitura			
12/11/13	0	17/12/13	18	1	18	36
Descrição						
Custo de Disponibilidade				30	0,30445	8,13
IMPOSTOS E ENCARGOS						
PIS						0,09
COFINS						0,09
ICMS (ISENTO)						

Média dos últimos meses
0 kWh

24/12/2013

R\$ 9,59

10/2013 - Pedro Lessa

DIC MENSAL	6,50	0,00	NOMINAL	220
DIC TRIMESTRAL	12,94			
DIC ANUAL	25,89			
FIC MENSAL	3,30	0,00	CONTRATADA	201
FIC TRIMESTRAL	6,60		LIMITE INFERIOR	231
FIC ANUAL	13,20	0,00	LIMITE SUPERIOR	
CMIC	9,60			
CMIC	19,20			

Diferenciais	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa PB	4,48	46,71
Cobrança de Energia	3,84	40,04
Serviço de Transmissão	0,27	2,82
Encargos Setoriais	0,54	5,63
Impostos Diretos e Encargos	0,45	4,69
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	9,59	100,00

Valor do encargo do Uso do Sistema de Distribuição
de 10/2013: R\$ 0,00



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 24/04/2019 10:51:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904241053030000000020186617>

Número do documento: 1904241053030000000020186617

24

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Edinaldo Mickael Tavares de Sousa,
brasileiro(a), solteiro, estudante, portador do
RG nº 4.053.503 expedido por SSP / PB e do CPF nº
116.423.564-85, residente
na(o) Rodovia PB 177, Km 210, Centro,
município de Pedra Bonita - PB, **DECLARO**, nos precisos termos do art. 1º da
lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 (Lei da desburocratização), para o fim de dispensa de
custas processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não
me permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDEREÇO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 23 de julho de 2014.

Edinaldo Mickael Tavares de Sousa
DECLARANTE

(A raso se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

DOU 30.8.1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

1) Presidente da República.

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, sobressano, dependência econômica, homotopia ou bens antecedentes, quando
firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação
aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revagam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983: 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO

(Ibrahim Abi-Jchal / Hélio Beltrão)



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Edivaldo Michael Tavares Souza,
RG nº 4.053.503, data de expedição 11/05/2012 Órgão
SSP/PB, CPF nº 116.423.564-84, venho perante a este
instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em
meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo
descrito:

Logradouro (Rua/Avenida/Prça)	<u>Rodovia PB</u>
Número	<u>177</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Centro</u>
Cidade	<u>Pedra Lavrada</u>
Estado	<u>PB</u>
CEP	<u>58180.000</u>
Telefone de Contato	<u>83) 3371-2274/ 9912-5490/ 9104-9190/ 8852-4690</u>
E-mail	<u>nilotdantas@hotmail.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Picui-PB, 23 de julho de 2015

Assinatura do Declarante: Edivaldo Michael Tavares Souza



DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

26
2

Eu, Edivaldo Michael Tavares Souza, portador da carteira de identidade nº 4.053.503 e inscrito no CPF/MF sob o nº 116.423.564-84, residente e domiciliado na Redenção PB, Cidade Pedra Bonita, Estado PB, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- () O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Edivaldo Michael Tavares Souza

Assinatura do declarante
conforme documento de identificação

Picuí - PB, 23 de julho de 2015

Local e data



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL
7ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL-PICUI/PB
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PEDRA LAVRADA /PB
Rua Cirilo Cordeiro, 79, centro – Pedra Lavrada/PB



BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL. Nº 039/2014

DATA DO FATO: 30/03 /2014

HORA DO FATO: 05hs.

LOCAL DO FATO: Rodovia PB 177, Sítio Passagem, zona rural, Nova Palmeira/PB.

COMUNICANTE:

NOME: EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUZA, brasileiro, solteiro, estudante, com 18 anos de idade, nascido no dia 17/11/1995, filho de Edivaldo Alves de Souza e de Analúcia Tavares da Silva, com endereço de residente à Rodovia PB 177, KM 40, centro, Pedra Lavrada/PB, portador da cédula de identidade nº 4.053.503, SSP/PB, CPF 116.423.564-84.

HISTÓRICO: Que no dia 30 de março do corrente ano, aproximadamente às 05hs. Saiu da cidade de Picuí com destino a este município de Pedra Lavrada, viajando pela Rodovia PB 177 (trecho Picuí/Nova Palmeira) de carona no veículo marca modelo Honda CG 150 TITAN MIX KS, ano 2009/2010, cor vermelha, placa NNQ4369/RN, chassi 9C2KC1610AR007984 licenciada no DETRAN em nome de OSMAR GOMES DA SILVA, CPF 179.863.701-49, conduzido Por ANDSON RICARDO DE SOUTO MEDEIROS, e, ao chegar no Sítio Passagem, município de Nova Palmeira, devido o mesmo ter sobrado em uma curva, o citado veículo saiu da pista e na ocasião ambos caíram; e em virtude da queda o comunicante sofreu fratura exposta no braço esquerda; Que foi socorrida Por uma ambulância do SAMU da cidade de Picuí para o hospital Regional da mesma cidade, onde foi submetido a cirurgia, inclusive ficou por tres dias internado. Testemunhas: ANDSON RICARDO DE SOUTO MEDEIROS, residente na rua Manoel de Melo Azevedo, 22, centro, Pedra Lavrada/PB, e MATHEUS GADELHA, residente na rua Antonio Cordeiro Filho, centro, Pedra Lavrada/PB. Nada mais havendo a constar dei por encerrado o presente registro, que segue devidamente assinado pela noticiante e por mim, Escrivão que o registrei e digitei.

Pedra Lavrada/PB, 03 de abril de 2014.

COMUNICANTE: *Edivaldo Mickael Tavares Souza*

Registrado por:

Francisco das Chagas de Vasconcelos
Francisco das Chagas de Vasconcelos
ESCRIVÃO DE POLÍCIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - RN N° 9839920885
55002054/2013 27157930056

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1 COD. RENAVAM 1B1293520 RNTRC

NOME/ENDEREÇO
OSMAR GOMES DA SILVA
R FRANCISCO DE PAULA, 454
CENTRO
59.225-000 JACANA/RN

CPF/CNPJ 179.863.701-40 PLACA NNQ4369

NOME ANTERIOR ADINAIL SOARES GOMES

PLACA ANT./UF NNQ4369/RN CHASSI 9C2KC1610AR007994

ESPECIE TIPO PASSAGEIRO/MOTOCICLETA/NAO APLICAVEL AL COOL-GASOL

MARCA/MODELO HONDA/CG150 TITAN MIX KS ANO FAB. 2009 ANO MOD. 2010

CAP/POT/CIL 0CV/149 CIL INDRADAS CATEGORIA PARTICULAR COR PREDOMINANTE VERMELHA

OBSERVAÇÕES
MOTOR: KC16E1A007994

LOCAL JACANA/RN DATA 08/07/2013

VALID





ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PICUÍ
C.N.P.J. 08.741.399/0001-73
Home Page: <http://picui.famup.com.br>
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 08.619.650/0001-21
BASE DESCENTRALIZADA SAMU 192

29
C

Picuí/PB, 04 de abril de 2014.

DECLARAÇÃO

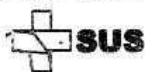
Declaro para os devidos fins de direito, que o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 Picuí/PB, realizou atendimento pré-hospitalar do paciente **EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA**, 18 anos, vítima de acidente motociclístico, ocorrido no dia 30 de março de 2014, na rodovia PB177 (Picuí/PB – Nova Palmeira/PB). Paciente apresentava fratura de antebraço esquerdo e escoriações por todo corpo. Encaminhado ao Hospital Regional de Picuí/PB. Transporte sem intercorrências.

Alinne Macedo de Lima
ENFERMEIRA
COREN - PB 234121

ALINNE MACEDO DE LIMA
Coordenadora SAMU PICUÍ/PB

Rua: Galdini Pinheiro, 26 - Bairro Centro / CEP: 58 187 - 000 - Picuí - PB
Fone/fax: (83) 3371-2620/ 3371-2350 – e- mail: pmpicui.sat.splena.@uol.com.br





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

2 - CNES

2757710

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE
Edvaldo Michael Jovencio Sousa

4 - N° DO PRONTUÁRIO

69.700

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO

31/11/95

7 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

8 - RAÇA/COR

Parda

9 - NOME DA MÃE

Anelicia Jovencio da Silva

10 - TELEFONE DE CONTATO

DDD (83) N° DO TEL. **96091897**

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

Anelicia Jovencio da Silva

12 - TELEFONE DE CONTATO

DDD () N° DO TEL.

13 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO)

Rua: Cirilo Azevedo

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Pedra Branca

15 - COD. IBGE MUNICÍPIO

25.11.10

16 - UF

PB

17 - CEP

58.180.000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

**Profun. L. quadri e metacarpo
hí 484, e fratura no pulso E**

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Neumia L fto cirurgica

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

RA: Pnat. 5/6

21 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura de rádio distal

22 - CID 10 PRINCIPAL

S52.5

23 - CID 10 SECUNDÁRIO

24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Infamamento + cirurgia

26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

040802043-1

27 - CLÍNICA

Ortopedia

28 - CARÁTER DE INFORMAÇÃO

urgente

29 - DOCUMENTO

() CNS () CPF

30 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE

053.159-678-550

31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE

Carlos Antonio R. L. F. L.

32 - DATA DA SOLICITAÇÃO

31/03/14

33 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

Iranilda Dantas

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - CNPJ DA SEGURADORA

38 - N° DO BILHETE

39 - SÉRIE

35 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

40 - CNPJ DA EMPRESA

41 - CNAE DA EMPRESA

42 - CBOR

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - COD. ÓRGÃO EMISSOR

50 - N° DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Hospital Regional de Picuí

Atesto conforme o original.

Picuí, 15/04/2014.

Arquivo Médico

Iranilda Dantas
Aux. Administrativo





Sistema
Único de
Saúde

Ministério
da
Saúde

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

2 - CNES
2757710

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE
Edivaldo Michael Taveiras Sousa

4 - Nº DO PRONTUÁRIO
69.100

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

6 - DATA DE NASCIMENTO
31/12/95

7 - SEXO

Masc. ☒ 1 Fem. ☐ 3

8 - RAÇA/COR
Parda

9 - NOME DA MÃE
Analúcia Taveiras da Silva

10 - TELEFONE DE CONTATO
DDD (**83**) Nº DO TEL. **091897**

11 - NOME DO RESPONSÁVEL
Analúcia Taveiras da Silva

12 - TELEFONE DE CONTATO
DDD () Nº DO TEL.

13 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO)
Rua: Cirilo Azeiteiro

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

Pedra Branca

15 - Cód. IGE MUNICÍPIO

25.11.10

16 - UF

PB

17 - CEP

58.180 000

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

18 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

**fratura de grande e metacarpo
hí 684, 1 fratura no pulso**

19 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

Neurol. e fto. crônicas

20 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS)

RA: FRA. no

21 - DIAGNÓSTICO INICIAL

Fratura de rádio distal

22 - CID 10 PRINCIPAL

S50.5

23 - CID 10 SECUNDÁRIO

24 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

Intervenção + cirurgia

26 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO

910202003-1

27 - CLÍNICA

28 - CARÁTER DA INFORMAÇÃO

29 - DOCUMENTO

30 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE

Intervenção

urgente

() CNS () CPF

053.159.674-5-0

31 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE / ASSISTENTE

Carlos Alvaro R.C. F/L

32 - DATA DA SOLICITAÇÃO

31/03/14

33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

Analúcia Taveiras da Silva

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

34 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO

37 - CNPJ DA SEGURADORA

38 - Nº DO SILHETE

39 - SÉRIE

35 - () ACIDENTE TRABALHO TÍPICO

40 - CNPJ DA EMPRESA

41 - CNAE DA EMPRESA

42 - CBOR

36 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO

43 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA

() EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () DESEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGURADO

AUTORIZAÇÃO

44 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

45 - Cód. ÓRGÃO EMISSOR

50 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

46 - DOCUMENTO

47 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

() CNS () CPF

48 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

49 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)

1/1/14

Hospital Regional de Picuí
Atesto conforme o original.

Picuí, 15.04.2014

Arquivo Médico

Josemaria Lima de Melo
Ass. Administrativo





**GOVERNO
DA PARAÍBA**

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI
Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
CEP: 58.187-000 Fones: (83) 3371-2554 / 2990
Picuí PB - CNPJ: 08.776.268/0001-60

Nº AIH _____

Nº de Ordem _____

Nº de Reg. 69.700

Nº do Docum. 4.053.503

ARQUIVO MÉDICO

Nome: Edivaldo Michael Taveiras Sousa

Responsável: Ima Luciana Taveiras Da Silva

Pai: Edivaldo Ademar de Sousa

Mãe: _____

Prof: Estudante Data Nasc.: 31/11/95 Idade: 18

Endereço: Rua: Cirilo Cordeiro Nº 17

Bairro: Centro Cidade: Petra Bandeira Est. Civil: Solteiro

PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico definitivo: trofne do 1º dia dist

Tratamento efetuado no hospital: 7to quinqes

Exames realizados: NA

Internado em 31/03/14 Alta em 31/03/14 Óbito em 1/1

Arquivista

Medico Assistente

Hospital Regional de Picuí
Atesto conforme o original.

Picuí, 15/04/2014.

Arquivo Médico
Josevânia Lima de Melo
Aux. Administrativo

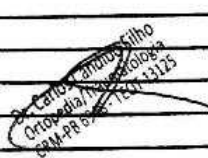




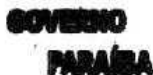
ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI "Felipe Tiago Gomes"

33
C

EVOLUÇÃO

PACIENTE:	ENF.	LEITO
Edivaldo Michael Jesus Sousa	207	03
DATA:	ASSINATURA	
3/04/16	# ORTOPEDIA #	
	fratura h 1/3 distal	
	do rádio	
	fpo aburgas	
	s/ intercomin	
	Ct: Alta. pós	
	reemprego costura	
	(18h)	
		
	Carlos Amândio Filho	
	Ortopedia/Neurologia	
	CRM-PB 8.478-1/2013-13125	





Hospital Regional de Pícora "Felipe Yago Gómez"

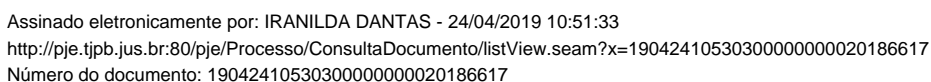


SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

34

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

NOME: Edivaldo Michael Jansen Sousa IDADE: 18
SERVIÇO: Limpeza ENF: 207 LEITO: 03

[illegible]



GOVERNO DO
PERNAMBUCO

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
Hospital Regional de Fica "Sobrinho Diogo Gomes"

MATERIAL E MEDICAMENTOS GASTO NA SALA DE OPERAÇÃO 02

Paciente: Edvaldo Mickael Tavares Soares

Médico: Dr. Carlos

Anest: Dr. Roberto

Diagnóstico: Fratura do radio distal

Tratamento: QUIRÚRGICO

Anestesia: geral - venosa

MEDICAÇÕES ANESTÉSICAS	QTD	MARKET DADOS/DOSSIER	QTD	MARKET	QTD
Alfenta amp.		Alfentanil 0,5mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Diazepam amp.		Diazepam 5mg/5ml	01	Cardiut Cromado Sertix	
Dimorf amp.	mg	Dimorfina 10mg/5ml	01	Cardiut Cromado Sertix	
Dolantina amp.		Dolantina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Dormonid amp.	Q.S	Dormonid 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Etomidato amp.		Etomidato 10mg/5ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
Fentanil amp.	ml	Fentanil 0,5mg/5ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
Halothano	ml	Halothano 500ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
Hipocaina 2%		Hipocaina 2%		Cardiut Cromado Sertix	
Isoturine	ml	Isoturine 10mg/5ml	01	Cardiut Cromado Sertix	
Ketalar	ml	Ketalar 10mg/5ml	01	Cardiut Cromado Sertix	
Narcan amp.		Narcan 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Neocaina Pesada 0,5%		Neocaina Pesada 0,5%		Cardiut Cromado Sertix	
Morbidol amp.		Morbidol 10mg/5ml	05	Cardiut Cromado Sertix	
Furor amp.		Furor 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Propofol amp.	Q.S	Propofol 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Quetich		Quetich 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Sedone	ml	Sedone 10mg/5ml	05	Cardiut Cromado Sertix	
Trilopentax frasco		Trilopentax 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Tracur amp.		Tracur 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Xylartexin frasco		Xylartexin 10mg/5ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
			Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
MEDICAÇÕES					
Adrenalina amp.		Adrenalina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	01
Água destilada amp.		Água destilada 1000ml		Cardiut Cromado Sertix	
Amoxicilina 250	mg	Amoxicilina 250mg		Cardiut Cromado Sertix	01
Amorfinina		Amorfinina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Benzetacil		Benzetacil 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Blucupen amp.		Blucupen 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Cedilanide amp.		Cedilanide 10mg/5ml	02	Cardiut Cromado Sertix	
Carbocitina 1g F/Amp		Carbocitina 1g F/Amp	01	Cardiut Cromado Sertix	
Cimetidina amp.		Cimetidina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
idron amp.		idron 10mg/5ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
Dantrona amp.		Dantrona 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Efedrina amp.		Efedrina 10mg/5ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
Fenargim amp.		Fenargim 10mg/5ml	Q.S	Cardiut Cromado Sertix	
Garamicina amp.	mg	Garamicina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Glicose amp.		Glicose 10mg/5ml	01	Cardiut Cromado Sertix	
Hidralazina		Hidralazina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Hidrocortisona amp.		Hidrocortisona 10mg/5ml	01	Cardiut Cromado Sertix	
Kanadon amp.		Kanadon 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Lasix amp.		Lasix 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Mabronidazol amp.		Mabronidazol 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Nauseidon amp.		Nauseidon 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Nuthergin		Nuthergin 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Omeprazol		Omeprazol 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Oritocina		Oritocina 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Plasil amp.		Plasil 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Prostagline		Prostagline 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Ticloxican 40	mg	Ticloxican 40mg		Cardiut Cromado Sertix	
Transamin amp.		Transamin 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	
Volaren amp.		Volaren 10mg/5ml		Cardiut Cromado Sertix	





GOVERNO
DA PARAÍBA

DESCRIÇÃO DE CIRURGIA

36
C

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

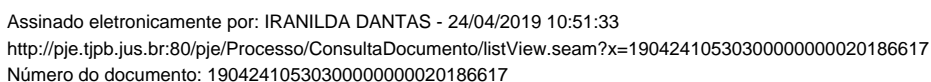
Nome do Paciente: <i>Edvaldo Rickael Torres Sousa</i>			
Data da Operação: <i>31/03/19</i>		Enf.: <i></i>	Leito: <i></i>
Operador: <i>Carlos Condado Filho</i>		1.º Auxiliar: <i></i>	
2.º Auxiliar: <i></i>		3.º Auxiliar: <i></i>	Instrumentador: <i></i>
Anestesista: <i>Cerap</i>		Tipo da Anestesia: <i>Anal. G</i>	
Diagnóstico Pré-operatório: <i>Fratura 1/3 distal do rádio</i>			
Tipo de Operação: <i>fto cirurgica de fratura do 1/3 distal do rádio</i>			
Diagnóstico Pós-operatório: <i>O mesmo</i>			
Relatório Imediato do Patologista: <i></i>			
Exame Radiológico no Ato: <i></i>			
Acidente Durante a Operação: <i></i>			
DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO			
Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspecto Visceras			
① <i>Paciente em DDA sob anest.</i>			
② <i>Assepsia e anti-sepsia + Campos</i>			
③ <i>Redução manual</i>			
④ <i>Fixação parafusos + Placa</i>			
⑤ <i>fech</i>			
<i>Dr. Carlos Condado Filho</i> Cirurgião Geral - N.º 150113125			





FICHA DE ANESTESIA

Hospital Regional de Píouí "Felipe Tiago Gomes"

[illegible]



GOVERNO
DA PARÁ

FICHA DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR

Hospital Regional de Pícol "Felipe Tiago Gomes"

Nome: Edvaldo Michael Tavares Soares Idade: 18 Sexo: om

Admissão: 31/03/14 Clínica: _____ Ala: _____ Enf.: _____ Leito: _____

Diagnóstico: Fratura de rádio distal

INFECÇÃO: ☐ SIM ☐ HOSPITALAR
☒ NÃO ☐ COMUNITÁRIA

TOPOGRAFIA DA INFECÇÃO: ☐ GASTRO INTESTINAL ☐ GENITAL ☐ S.N.C.
☐ FERIDA CIRÚRGICA ☐ URINÁRIA ☐ SEPTICEMIA
☐ RESPIRATÓRIA ☐ PELE / TSC ☐ OUTROS

PROCEDIMENTOS REALIZADOS: ☐ Biópsia ☐ Respirador ☒ Punção Venosa
☐ Catéter Venoso ☐ Diálise ☐ Punção Lombar
☐ Catéter Vesical ☐ Endoscopia ☐ Punção Abdominal
☐ Gorticoterapia ☐ Flebotomia ☐ Punção Torácica
☐ Drogas Antineoplásicas ☐ Hemoterapia ☐ Traqueostomia
☐ NP ☐ Nebulizador ☐ Outros

CONSIDERAÇÕES CIRÚRGICAS:

Cirurgia realizada: Prot. Cirurg. Fratura de Rádio distal Anestesiado: geral - Venoso

Data: 31/03/14 Tempo: 00:30min

☒ Limpa ☐ Urgência ☐ PP
☐ Potenc. Contaminada ☐ Emergência ☒ MP
☐ Contaminada ☒ Eletivo ☐ GP
☐ Infectada

EQUIPE: Cirurgião: Dr. Carlos Auxiliar: _____
Instrumentador: _____ Anestesista: Dr. Roberto

RAIO X NA SALA: ☐ Sim ☒ Não

USO DE ANTIBIÓTICO: ☐ Profilático ☐ Terapêutico

Nome: _____ Nome: _____
Dose / Dia: _____ Dose / Dia: _____
Duração: _____ Duração: _____

BACTERIOLOGIA

GRAM	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	CULTURA	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
MATERIAL	DATA	RESULTADO	ATB

Outras Observações: _____

CONDIÇÕES DE ALTA: ☐ Curado ☐ Transferido ☐ Óbito ☐ Melhorado ☐ À Pedi: o

☐ Inalterado

Causa: _____

Dr. Carlos Cândido Filho
Ortopedia/Traumat.
CRM-PA 100000
MÉDICO ASSISTENTE

Josefa Helcy de Macedo Pires
C.C.L.H.
Enfermeira
BOBEN 30112



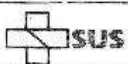
Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 24/04/2019 10:51:33

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904241053030000000020186617>

Número do documento: 1904241053030000000020186617

Num. 20753629 - Pág. 37

ρ_{w}



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
REQUISIÇÃO DE EXAMES (BPA-C / BPA-D)

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI "Felipe Tiago Gomes"
ENDEREÇO: Rua Francisco Pereira Gomes, 15 - BAIRRO: Monte Santo - MUNICÍPIO: Picuí - ESTADO: Paraíba - UF: PB
CEP: 58.187-000 - CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 - CNPJ: 03.515.174/0001-85

NOME: Edvaldo Michael PACIENTE Souza IDADE: 17 DOC.:
ENDEREÇO: ... MUNICÍPIO: ESTADO:
CÓD. IBGE: ... CNS: DATA: ...
DATA DE NASCIMENTO: 17/10/1995

DADOS CLÍNICOS

Exame (s) solicitado (s)	Código	Exame (s) solicitado (s)	Código
<u>Rx Antebraço</u>			

PROFISSIONAL

Dr. Carlos André de Azevedo

CBO

CNS

CARIMBO E ASSINATURA DO PROFISSIONAL

ASSINATURA DO PACIENTE

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO - carimbo

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo





41

TERMOS DE RESPONSABILIDADE

O abaixo assinado Edyaldo Michael Tavares Santa
Pessoa responsável pelo doente Ana Lucia Tavares da Silva
Dá plena autorização aos médicos do Hospital Hospital Reg. de Picuí que o
Assistirem, para fazerem as investigações julgadas necessárias ao diagnóstico e para a execução do
tratamento, comprometendo-se a respeitar todas as disposições gerais contidas nos regulamentos do
estabelecimento.

Em 31 de Março de 2014

Ana Lucia Tavares da Silva
Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado
Pessoa responsável pelo doente
Reconhece que o mesmo deixou o Hospital contra o parecer dos médicos deste estabelecimento, assumindo
inteira responsabilidade por sua decisão.

Em,dede.....

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado
Pessoa responsável pelo doente
Certifica que o mesmo teve alta do Hospital por ter infringido o regulamento deste estabelecimento.

Em,dede.....

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:

O abaixo assinado
Pessoa responsável pelo doente
Reconhece que o mesmo está em condições de acordo e declara pelo presente que nenhum médico ou
qualquer outro membro do Hospital contribuiu intencionalmente para a indução da alta médica hospitalar.

Assinatura do doente ou responsável

Testemunhas:



SUS



ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2757710 CGC/CPF: 08.778.268.0001/60

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

END.: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA

MUNICÍPIO: PICUI ESTADO: PARAÍBA UF: 25

Nome: EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA

Raça/Cor: PARDA

Dt. Nasco: 17/11/1995 Idade: 18 anos(s) mês(es) de Idade dia(as) de Idade Sexo: M

Mãe: ANALUCIA TAVARES DA SILVA

Profissão: ESTUDANTE

Documento: 4053503

Endereço: RUA CIRILO CORDEIRO

Nº:

Bairro: CENTRO

Município/CEP/IBGE: PEDRA LAVRADA - PB - 58180000 - 251110

Telefone para contato: (83) 3371-2554

CNS:

CADASTRO:

Data e Hora: 30/03/2014 07:04:00

170828

SSVV

PESO: PA: 120 X 80 TEMP.:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Severidade moderada
do acidente com lesão a cabeça
acabou de dar a cabeça
esquiva direita, vertida
para esquerda - fratura aberta

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

HGT: 109

RESULTADOS

LISTA: HRP

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1. Sel - onco 10
2. Lipone 20
3. do 1 ou 2
4. 1500 7:50
5. Salbano
6. Dupata

01 - ELETIVO
02 - URGÊNCIA
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

fratura aberta da tíbia
e fíbula com lesão
da articulação do tornozelo

DIAGNÓSTICO:

Fratura de tíbia distal
fratura aberta da tíbia
e fíbula com lesão
da articulação do tornozelo

CID-10:

MEDICAÇÃO:
1. PRESCRITA
2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:
OBSERVAÇÃO
RESIDÊNCIA
INTERNAÇÃO
OUTRO HOSPITAL
ÓBITO
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1-
2-
3-

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE(S)

CNS

CBO

CRM

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

Edivaldo Mickael Tavares Sousa
ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARIMBO ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARIMBO



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 24/04/2019 10:51:33

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1904241053030000000020186617

Número do documento: 1904241053030000000020186617



**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUÍ - FELIPE TIAGO GOMES
CCIH - COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR**

CONTROLE DE ANTIBIÓTICOS
CADASTRO DO PACIENTE INTERNO

Nº do Registro: 69.700 Nome do Paciente: Edivaldo Rickael Tabares Sousa
Data de Nascimento: 17/11/195 Sexo: M() F() Nº do Cartão do SUS: .
Data da internação: 31/03/14 Origem do Paciente: Instituição de Saúde () Comunidade ()

JUSTIFICATIVA

Diagnóstico da Internação: _____ Fatores de Risco: _____
Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

ANTIMICROBIANOS

Antibióticos	Início	2. dia	3. Dia	4.Dia	5. Dia	6.Dia	7.Dia	Suspensão
Ampicilina 1g								
Benzilpenicilina								
Cloranfenicol 1g								
Cefalotina 1g	31/03	01/04						
Ceftriaxona 1g								
Ciprofloxacino 400mg EV								
Gentamicina 40 mg IM/EV								
Gentamicina 80 mg IM/EV								
Lincomicina 600 mg IM/EV								
Levofloxacino 500 mg								
Metronidazol 500mg EV								
Oxacilina 500 mg								

CONTROLE DIÁRIO (FARMÁCIA)

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) Termo de Cooperação 37/2006 OPAS/OMS e Portaria 2616/1996 do (MS) Ministério da Saúde/Brasil.

Dr. Carlos Cándido Filho
Ortopedia/Traumatologia
CRM-PB 6946 - TEO 13125

Médico Prescritor

Setor da Farmácia





**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI - FELIPE TIAGO GOMES
CCTH - COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR**

CONTROLE DE ANTIBIÓTICOS
CADASTRO DO PACIENTE INTERNO

Nº do Registro: 69.400 Nome do Paciente: Edinaldo Michael Tabares Sousa
Data de Nascimento: 17/11/95 Sexo: M() F() Nº do Cartão do SUS: .
Data da internação: 31/03/19 Origem do Paciente: Instituição de Saúde () Comunidade ()

JUSTIFICATIVA

Diagnóstico da Internação: _____ Fatores de Risco: _____
Início: ____/____/____ Término: ____/____/____

ANTIMICROBIANOS

Antibióticos	Início	2. dia	3. Dia	4.Dia	5. Dia	6.Dia	7.Dia	Suspensão
Ampicilina 1g								
Benzilpenicilina								
Cloranfenicol 1g								
Cefalotina 1g	31/03	01/04						
Ceftriaxona 1g								
Ciprofloxacino 400mg EV								
Gentamicina 40 mg IM/EV								
Gentamicina 80 mg IM/EV								
Lincomicina 600 mg IM/EV								
Levofloxacino 500 mg								
Metronidazol 500mg EV								
Oxacilina 500 mg								

CONTROLE DIÁRIO (FARMÁCIA)


[illegible]

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS) Termo de Cooperação 37/2006 OPAS/OMS e Portaria 2616/1996 do (MS) Ministério da Saúde/Brasil.

Medico Prescritor

Setor da Farmácia



		ESTADO DA PARAÍBA SECRETARIA DE SAÚDE REQUISIÇÃO DE EXAMES (BPA-C / BPA-I)	
		UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS): NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI "Felipe Tiago Gomes" ENDEREÇO: Rua Francisco Pereira Gomes, 15 BAIRRO: Monte Santo MUNICÍPIO: Picuí ESTADO: Paraíba UF: PB CEP: 58.187-000 CÓDIGO DA UNIDADE: 27877/0 CNPJ: 03.515.174/0001-85	
NOME: <u>Edvaldo Marcel F. Gomes</u> PACIENTE IDADE: _____ DOC.: _____ ENDEREÇO: _____ MUNICÍPIO: _____ ESTADO: _____ Cód. IBGE: _____ DATA: <u>31.10.19</u> DATA DE NASCIMENTO: _____			
DADOS CLÍNICOS			
Exame (s) solicitado (s)	Código	Exame (s) solicitado (s)	Código
<u>Rx pulm t</u>			
<u>AP/P</u>			
PROFISSIONAL CBO: _____ CNS: _____ CARIMBO: _____ ASSINATURA DO PROFISSIONAL: _____ ASSINATURA DO PACIENTE: _____ OU PEGAR DIREITO: _____ ASS. DO REVISOR TÉCNICO - carimbo: _____ ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO - carimbo: _____			





Hospital Hospital de Fiumi "Vittorio Veneto"

RELATÓRIO DE ENFERMAGEM

Nome: Edinealdo Mikael Trancoso Sexo: M Idade: 18 anos

[illegible]

242



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo
Fone: (83) 3371-2554/3371-2998/58.187-000/Picuí-PB
CNPJ: 03.515.174/0001-85

RECEITUÁRIO MÉDICO

Ednaldo Michel
Tavares Junior
R. Uso oral

②. Fenoticox 20. - 1/cont
fornar 1cp
VO. 12/125
5 dias

Dr. Carlos Cândido Filho
Ortopedia / Traumatologia
CRM-PB 6448 - RCT 13125

data 31,03,19

Carimbo e Assinatura do Médico

"AO RETORNAR TRAZER ESTA PRESCRIÇÃO"



48
✓

PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 07/06/2016 09 horas 45 minutos

Processo: 0003525-92.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 9450,00

Serie : 10

Autor : EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO



CONCLUSÃO

Concluído nesta data ao MM. Juiz de Direito.

Picuí, 20/07/16

AD

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI**

49
e

Processo nº 525-92.2016.815.0271

DESPACHO

Defiro o benefício da justiça gratuita.

Analizando os autos, verifico que o pedido da parte autora versa sobre seguro obrigatório DPVAT, cuja prática forense revela que a demandada nunca apresenta proposta de conciliação na audiência preliminar, assim a realização desse ato processual no presente momento se revela contraproducente.

Desta forma, em atenção ao princípio da duração razoável do processo e da razoabilidade, dispenso a audiência de conciliação e determino a citação do réu para no prazo legal apresentar sua defesa, sob pena de revelia.

Ressalte-se que a qualquer momento a conciliação pode ser tentada.

Argüidas preliminares na contestação, intime-se a parte autora por nota de foro para em 15 dias impugnar.

Cumpra-se.

Picuí, 15 de fevereiro de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000525-92.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0000525-92.2016.8.15.0271 para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e INTIMO as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.**

João Pessoa/PB, 13 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA
Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ

VARA ÚNICA DE PICUÍ
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0000525-92.2016.8.15.0271
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
AUTOR: EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial.

Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 30 de abril de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID

Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSE O LINK:


<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento"

INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	19042410530300000000020186617
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19081316172481200000022755594
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	19081316172481200000022755594



	PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DA PARAÍBA COMARCA DE PICUÍ
	VARA ÚNICA DE PICUÍ Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403
EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO	
Nº DO PROCESSO: 0000525-92.2016.8.15.0271 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) AUTOR: EDIVALDO MICKAEL TAVARES SOUSA REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.	
<p>De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Unica, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID 20753629, página 49.</p> <p>Picuí/PB, 30 de abril de 2020.</p> <p style="text-align: right;">LOURDEMAR VERAS FARES DAVID Técnico Judiciário</p>	



Ciente e aguarde-se o retorno da citação a ser enviada a ré, bem como a futura contestação a ser apresentada por ela, quando por oportuno o autor irá impugná-la.

